



Perfil Socioeconômico do Município de Vista Alegre/RS

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

C837 Costa, Nilson Luiz et al.

Perfil Socioeconômico do Município de Vista Alegre/RS: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local / Nilson Luiz Costa, Gabriel Nunes de Oliveira, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Enio Giotto, Saionara da Silva, Júlia Laize Bandeira Calgaro. - Palmeira das Missões/RS, 2019.

36 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I.Costa, Nilson Luiz. II.Oliveira, Gabriel Nunes de. III.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. IV.Giotto,Enio. V.Silva,Saionara da. VI.Calgaro,Júlia Laize Bandeira.

CDU 338.1

Todos os direitos reservados por Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.
Av. do Comércio, n.618 – 2º andar – Centro
CEP.: 98360-000 / Rodeio Bonito - RS



Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eugenio Poltronieri (Presidente)
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)
Giovana Giacomolli
Gustavo Pereira Fortes
Jocler Moresco
Leocácio Gallo Paloschi
Sérgio Luiz Triches
Valéria Maria Zanatta Senger
Walmor Liberalesso
Willian Jeferson Bez

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Pinheiro
Ernilo Arteli Grellmann
Sergio Roberto Basso
Ronaldo Lima dos Santos
Tiago Gadonski
Valdomiro Tomazoni

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Girardi (Diretor Executivo)
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)
Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



Universidade Federal de Santa Maria

REITORIA

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Campus de Palmeira das Missões

Rafael Lazzari (Diretor)
Adriano Lago (Vice-Diretor)

Campus de Frederico Westphalen

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)
Igor Senger (Vice-Diretor)

Centro de Ciências Rurais (CCR)

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)
Manoel Renato Teles Badke (Diretor
Financeiro)
Jeferson de Souza Flores (Diretor
Administrativo)

EXECUÇÃO DA PESQUISA

**Núcleo de Pesquisas em Economia do
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068
Convênio UFSM/FATEC

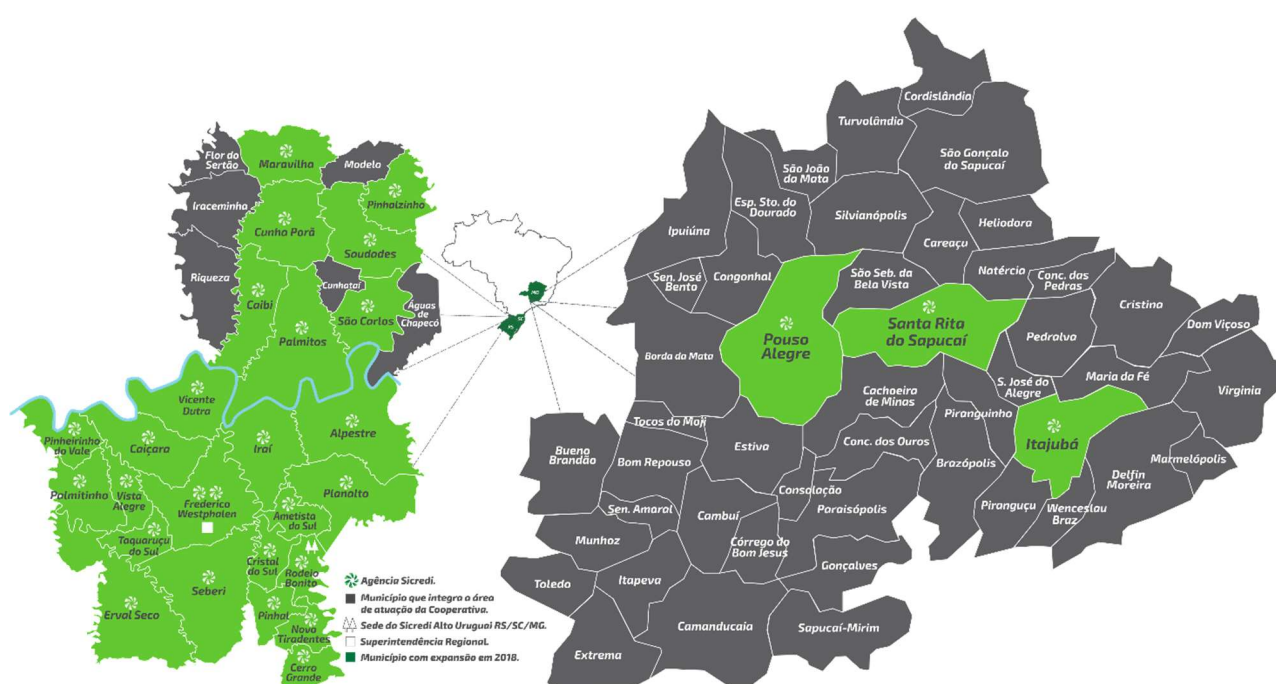
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Vista Alegre.....	8
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	12
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária.....	15
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	24
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação.....	24
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	25
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas.....	26
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	27
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento.....	29
3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	31
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em parceria com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina.

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Esta iniciativa foi construída em cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores da economia e sociedade e não representa posições próprias das instituições envolvidas e nem políticos partidários. Destaca-se, nesta iniciativa, os conhecimentos compartilhados, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor de todos os envolvidos.

Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi

realizado através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Vista Alegre/RS** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico e ambiental do município em questão. Na terceira seção, estão as principais contribuições das pessoas e entidades desta pesquisa. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório “Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional”, no qual é apresentado uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Vista Alegre/RS (2019), o município está situado na mesorregião Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, e microrregião do Alto Uruguai, distante 470 Km da capital do estado, Porto Alegre.

Possui limites com os municípios gaúchos de Caiçara e Pinheirinho do Vale, Taquaruçu do Sul, Frederico Westphalen e Palmitinho, ao Norte, Sul, Leste e Oeste, respectivamente.

Segundo a Lei nº 8.596 de maio de 1988, o município de Vista Alegre foi criado, sendo instalado em 1 de janeiro de 1989, desmembrando-se de Frederico Westphalen, com 77 Km quadrados.

O município possui clima subtropical e está a uma altitude média de 546 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 27°36'00" ao Sul do Trópico de Capricórnio, e longitude de 53°45'00" ao Oeste do Meridiano de Greenwich.

2.1. Caracterização demográfica

De acordo com a Prefeitura Municipal de Vista Alegre/RS (2019), a colonização se deu com a chegada de descendentes de imigrantes italianos oriundos das regiões gaúchas de Guaporé e Júlio de Castilhos que se estabeleceram no local em meados de 1919.

No ano de 2019, o IBGE (2019) estima que a população seja de 2.752 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 2.832 habitantes (Tabela 1).

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	562	40%	623	44%	1.185	42%
Rural	838	60%	809	56%	1.647	58%
Total	1.400	100%	1.432	100%	2.832	100%

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme é possível observar, cerca de 58% da população de Vista Alegre vive na zona rural, fato que reforça os traços agrícolas do município.

Do contingente populacional total (rural e urbano), cerca de 20% tem até 14 anos, 23% de 15 a 29 anos, 42% de 30 a 59 anos e 15% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	294	21,00	284	19,83	578	20
15-29 anos	316	22,58	328	22,91	644	23
30-59 anos	598	42,71	587	40,99	1.185	42
60 ou mais	192	13,71	233	16,27	425	15
Totais	1.400	100	1.432	100	2.832	100

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme a Tabela 2, observa-se que mais de 60% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Vista Alegre

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

¹ De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

² De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

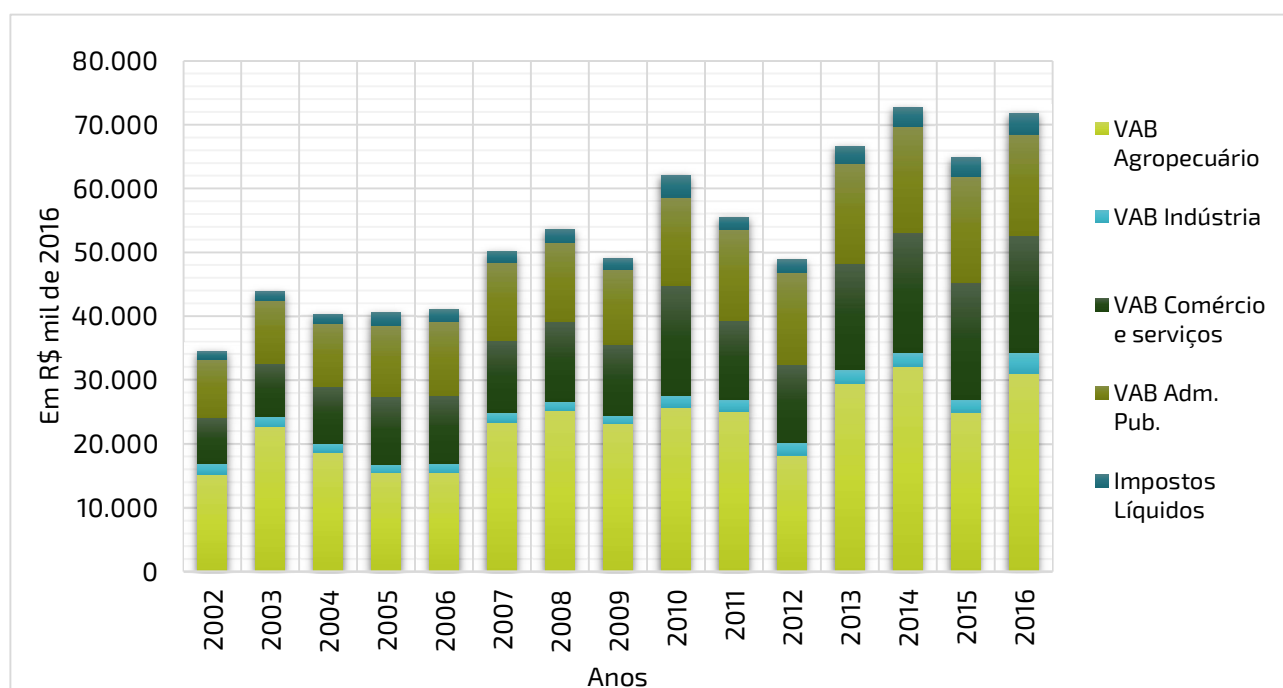
³ Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Entre 2002 e 2016, o PIB Real do município evoluiu de R\$ 34,45 milhões para R\$ 71,78 milhões, um aumento de 108,32%, conforme é possível observar na Figura 2. Os serviços, a administração pública e a agropecuária se constituíram como os setores com maior capacidade de geração de riquezas.

O ano de 2014, foi o que registrou o maior valor do período (R\$ 72,58 milhões), em que houve um aumento de R\$ 6,08 milhões de 2013 para 2014. O crescimento do setor agropecuário (em R\$ 2,6 milhões) contribuiu para esse aumento, juntamente com o crescimento do setor de serviços (R\$ 1,9 milhão) e da administração pública (em R\$ 1,1 milhão)

Figura 2. Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016



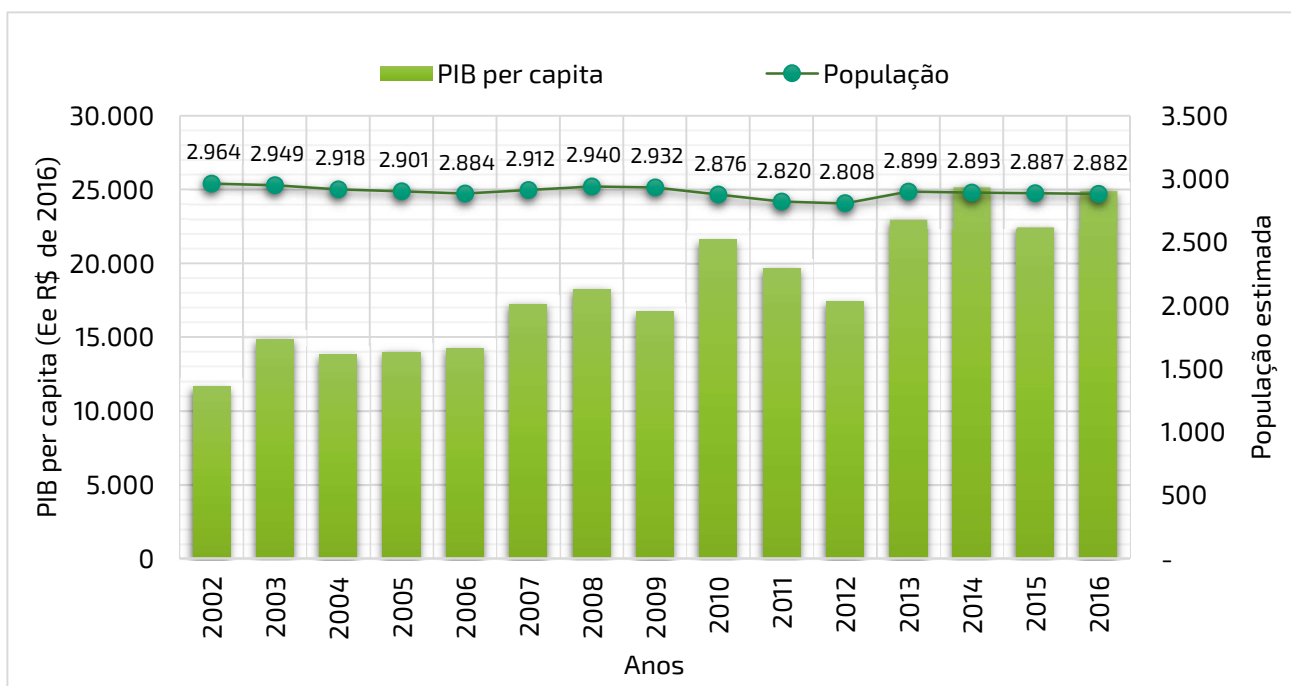
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos absolutos, observou-se entre 2002 e 2016, um decréscimo populacional, de 2.964 habitantes em 2002 para 2.882 habitantes em 2016, ou seja, uma queda de 2,77%. Neste contexto, o aumento do PIB per capita do município se deve, em grande parte, pelo aumento do PIB total.

Do início do período analisado (2002) até 2016, o PIB per capita real evoluiu de R\$ 11.625,53 para R\$ 24.907,01, um crescimento de 114,24% conforme é possível observar na Figura 3. Pode-se perceber ainda que o PIB per capita teve variação no período estudado, mas apresentou crescimento.

A população do município decresceu até 2006 quando teve um aumento nos dois anos seguintes, entretanto, voltou a decrescer de 2009 a 2012, e fechou 2016 com um quantitativo menor que o encontrado em 2002. Comparando a evolução do PIB e a da população percebe-se uma melhora monetária desta.

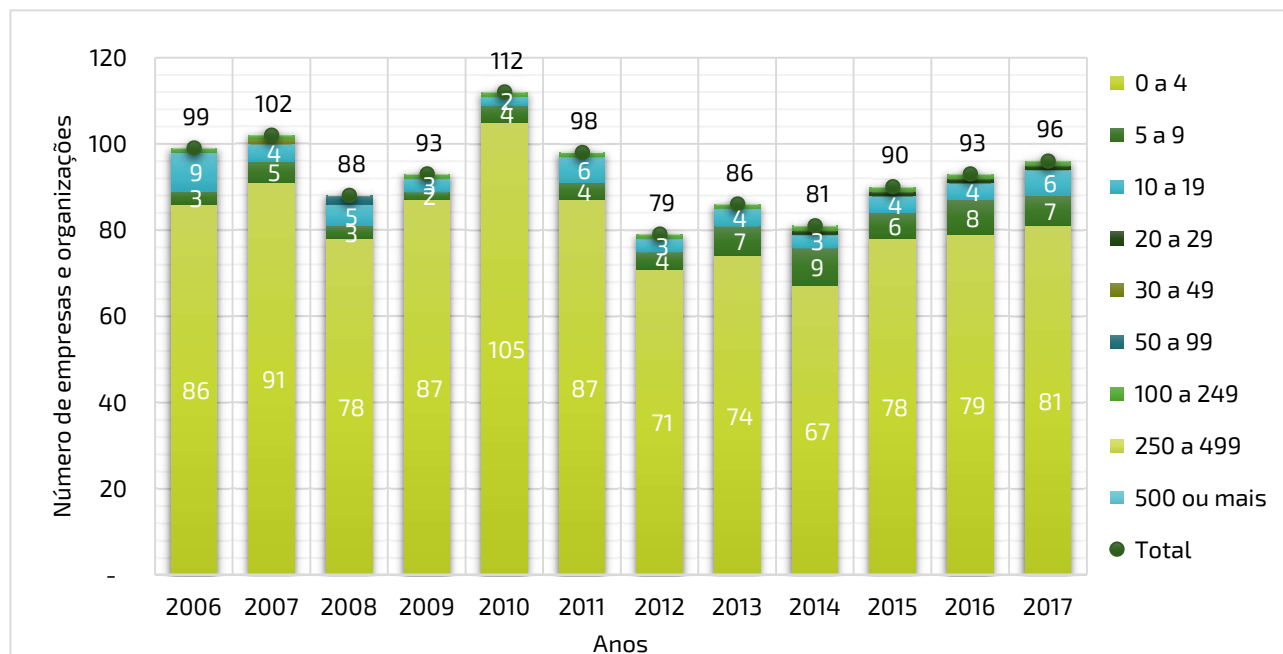
Figura 3. Produto Interno Bruto per capita (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 empregados e juntas representam 84,38% das empresas e organizações do município no ano de 2017 (Figura 4).

Figura 4. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

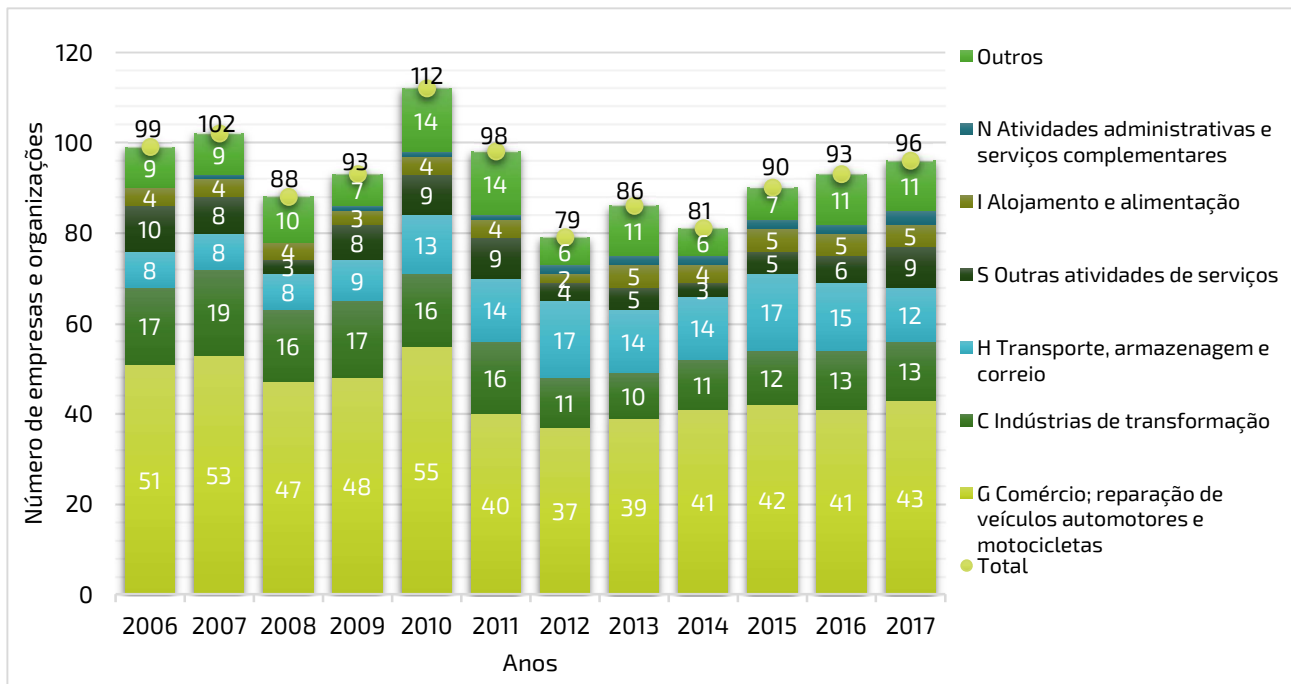
Ainda relativo à Figura 4, observa-se que em 2017, 15 empresas e organizações empregavam mais de quatro funcionários, entre as quais, 7 situaram-se na faixa de 5 a 9 empregados.

Na Figura 5 apresenta-se a evolução no número de empresas e organizações de todos os segmentos da economia municipal. O segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas e organizações (43, equivalente a 44,79% do total no ano de 2017). Contudo, este segmento, diminuiu o número de empresas e organizações ao longo do período, pois em 2006 havia 51 empreendimentos que correspondiam a 51,52% do total.

O grupo "C", que representa indústrias de transformação, também apresenta queda em 2017 se comparado ao ano de 2006, um total de 04 empresas e organizações deixaram de existir nesse segmento ao longo do período estudado.

Destaca-se que esse setor também diminuiu sua participação relativa, isto é, no ano de 2006 respondia por 17,17% das atividades, enquanto no ano de 2017 diminuiu para 13,54% do total das atividades.

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



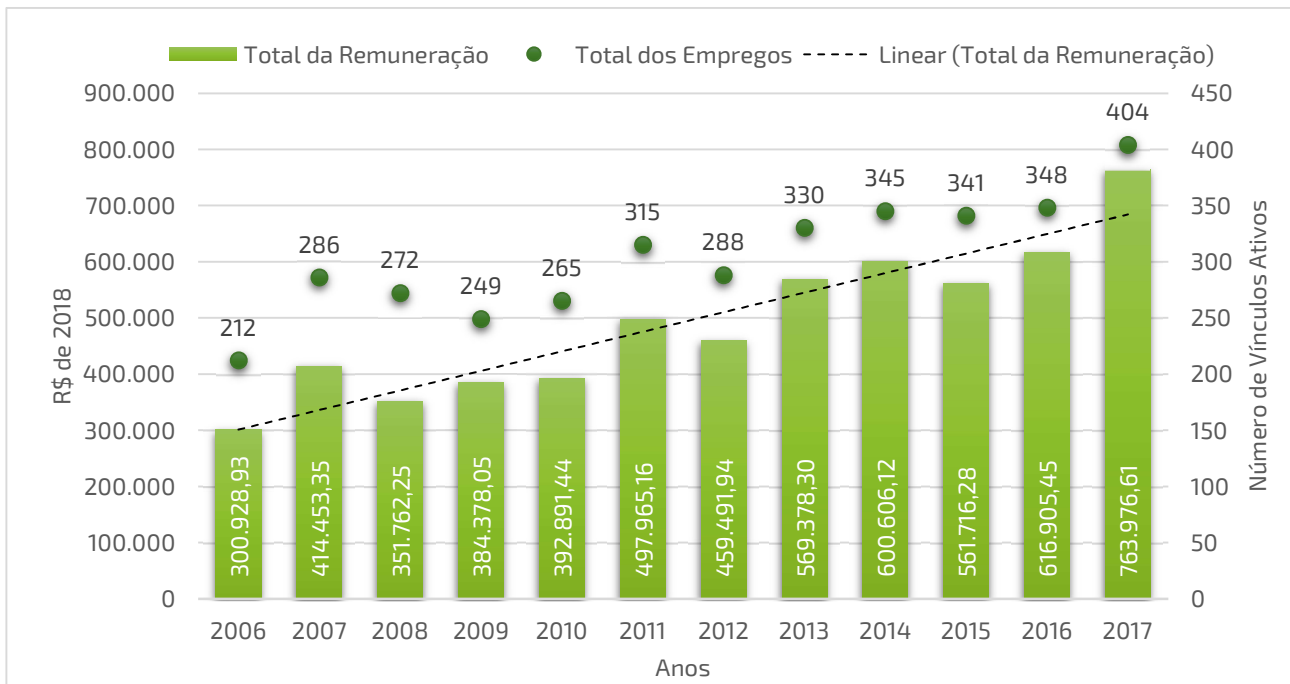
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Portanto, observa-se que, principalmente os segmentos de comércio e de oficinas mecânicas e indústria de transformação foram os principais responsáveis pela situação econômica do município em 2017, no que tange ao meio empresarial.

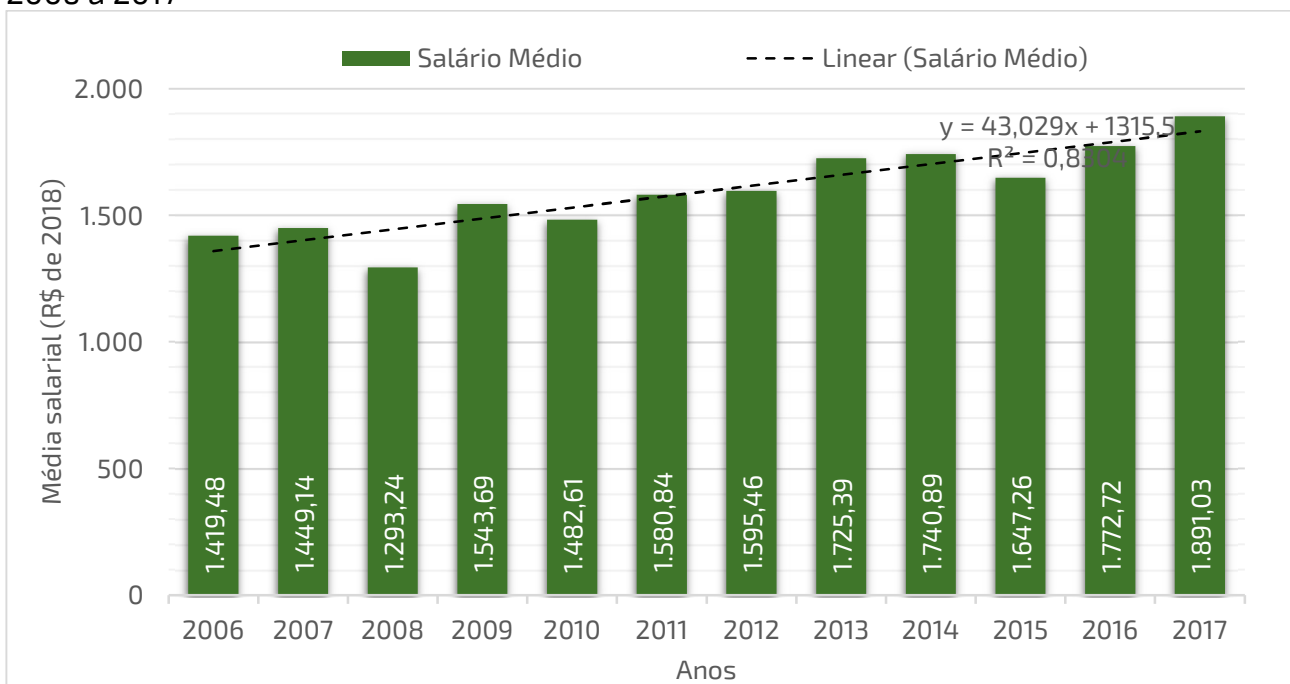
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado por meio das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A partir da Figura 6, observa-se que o município tem elevado o número de empregos e da massa salarial, partindo de 212 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 300.928,93 mil/mês em 2006 para 404 postos de trabalho em 2017, com um total de remuneração de R\$ 763.976,61 mil/mês em 2017, com um aumento expressivo no período analisado.

Figura 6. Número de empregos formais e remuneração (em R\$ de 2018): 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Figura 7. Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017

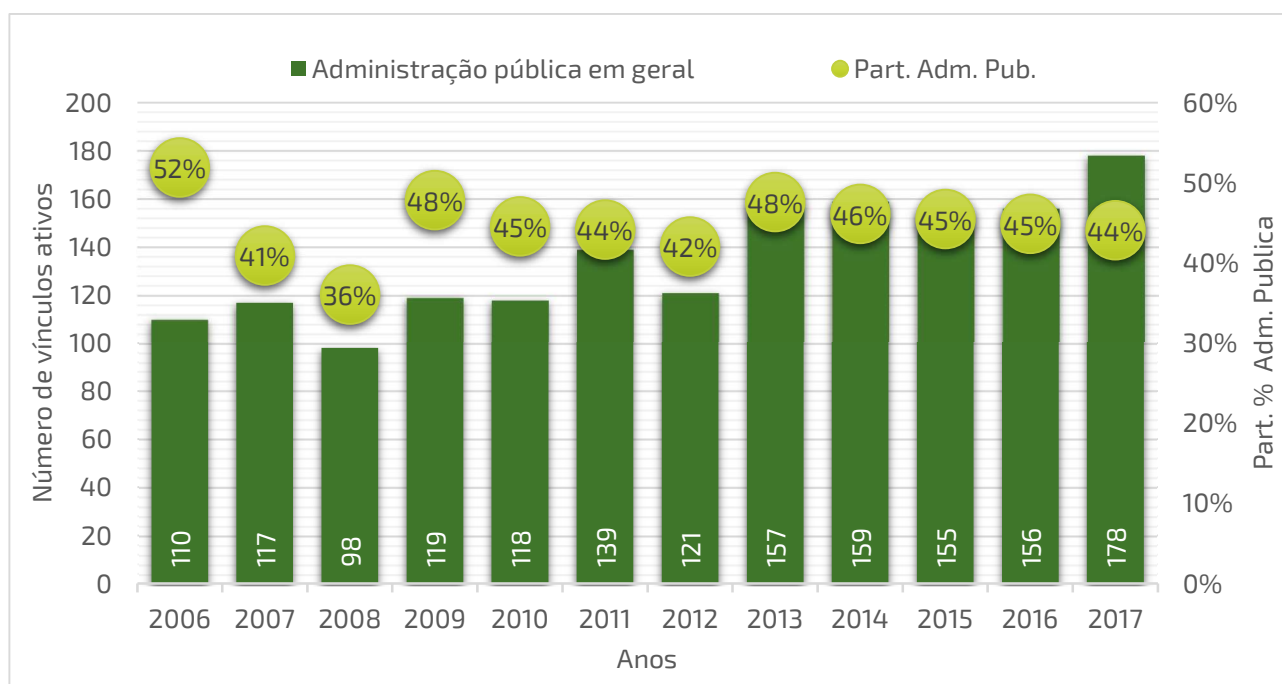
Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na Figura 7 demonstra-se a remuneração média desses postos de trabalho. Nesta, é possível observar um crescimento real no salário médio, de R\$ 1.419,48 por trabalhador em 2006 para R\$ 1.891,03 em 2017. Isso representou uma valorização nos salários médios

praticados no município, o que mostra que há uma tendência de crescimento no salário médio.

Na Figura 8 demonstra-se a participação dos postos de trabalho no setor público na economia do município. Observa-se que entre 2006 a 2017 a participação dos empregos da administração pública em geral (saúde pública, educação pública, segurança pública, etc.) variou de 52% para 44% do total dos empregos formais do município. No entanto, houve aumento na oferta total de postos de trabalho da administração pública no município, partindo de 110 empregos em 2006 para 178 em 2017, refletindo uma elevação de 61,82% ao longo do período citado.

Figura 8. Número de empregos da Administração Pública em Geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2017



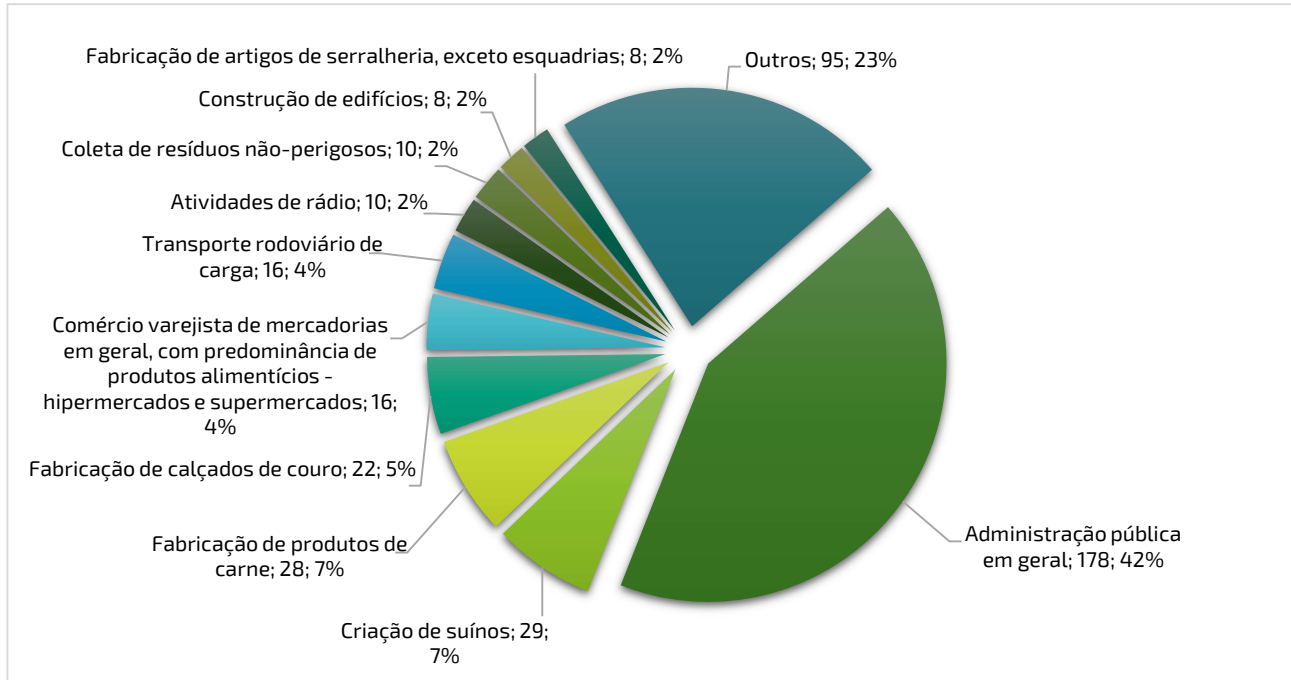
Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Ressalta-se que o aumento da oferta total de postos de trabalho foi de 90,57%, pois passou de 212 em 2006 para 404 postos de trabalho em 2017, conforme observado anteriormente na Figura 6.

A Administração pública tem papel importante na geração de empregos, seguida da criação de suínos que, em 2017, foi responsável por 7,18% dos empregos gerados no

município. Além desses, tem-se que 6,93% dos empregos estão vinculados à fabricação de produtos de carne, e 5,45% à fabricação de calçados de couro (Figura 9).

Figura 9. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Por fim, destaca-se que entre 2006 e 2017 foram gerados 192 novos postos de trabalho, principalmente na administração pública em geral (68 novos empregos), fabricação de calçados de couro (22), fabricação de produtos de carne (16), transporte rodoviário de carga (16), atividades de rádio (10), e coleta de resíduos não-perigosos (10). A atividade econômica "criação de suínos" perdeu 9 postos de trabalho formais ao longo do período analisado, mas destaca-se que esta atividade é conduzida, principalmente, com mão de obra familiar neste município.

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades, onde 80,23% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e concentram 58,21% da área.

Observa-se ainda que 18,06% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 35,18% da área total dos estabelecimentos do município, conforme é possível observar na Tabela 3.

Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: 2019

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	422	4.058,56	80,23	58,21
1-2	95	2.452,46	18,06	35,18
2-3	5	212,89	0,95	3,05
3-4	4	248,19	0,76	3,56
4-5	0	-	-	-
5-6	0	-	-	-
6-7	0	-	-	-
7-8	0	-	-	-
8-9	0	-	-	-
9-10	0	-	-	-
10-11	0	-	-	-
	526	6.972,09	100	100

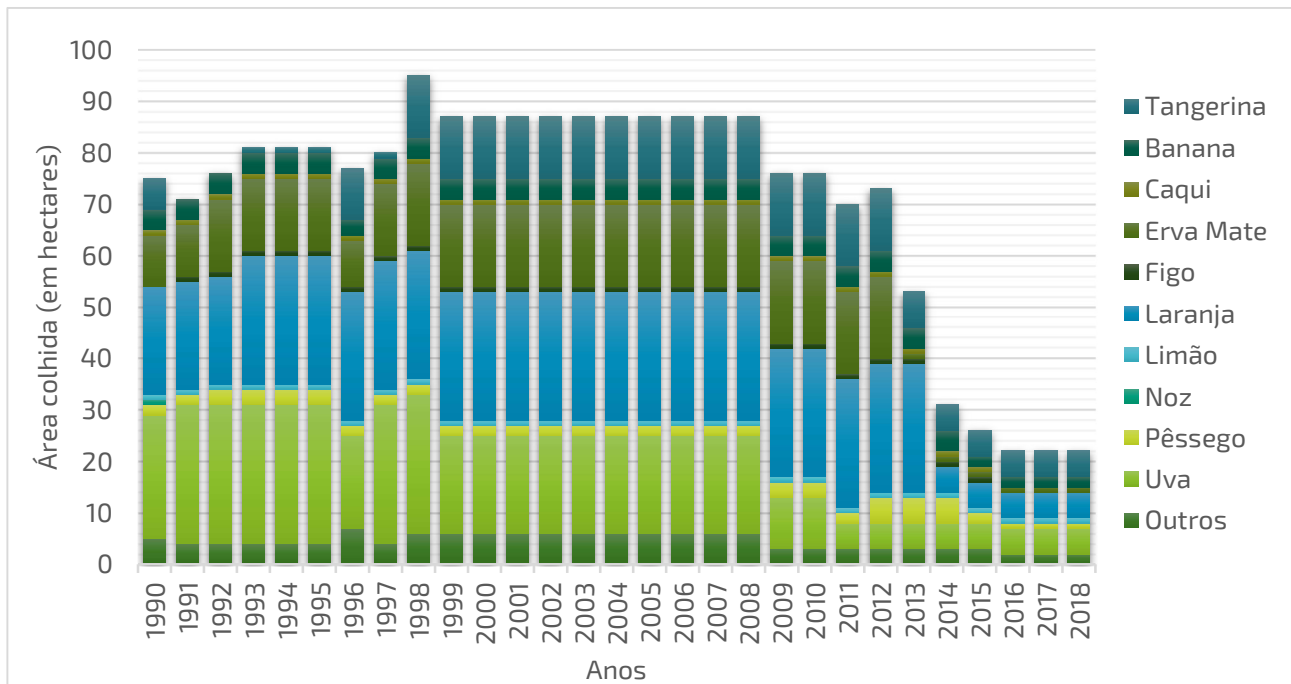
Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 99% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam cerca de 96% da área dos imóveis rurais.

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 81 hectares para culturas perenes e 3.063 hectares para a lavoura temporária.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a área colhida de lavoura permanente decresceu quando se compara os anos de 1990 e 2018, de 75 para 22 hectares.

No ano de 1998 foi registrado a maior área colhida (95 hectares) da lavoura permanente, em que 27 hectares foram provenientes da cultura da uva, o que representa 28,43% da área colhida total. A laranja também teve uma importante participação no total colhido, pois sua área foi de 25 hectares e sua participação foi de 26,32%, conforme se observa na Figura 10.

Figura 10. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1990 - 2018

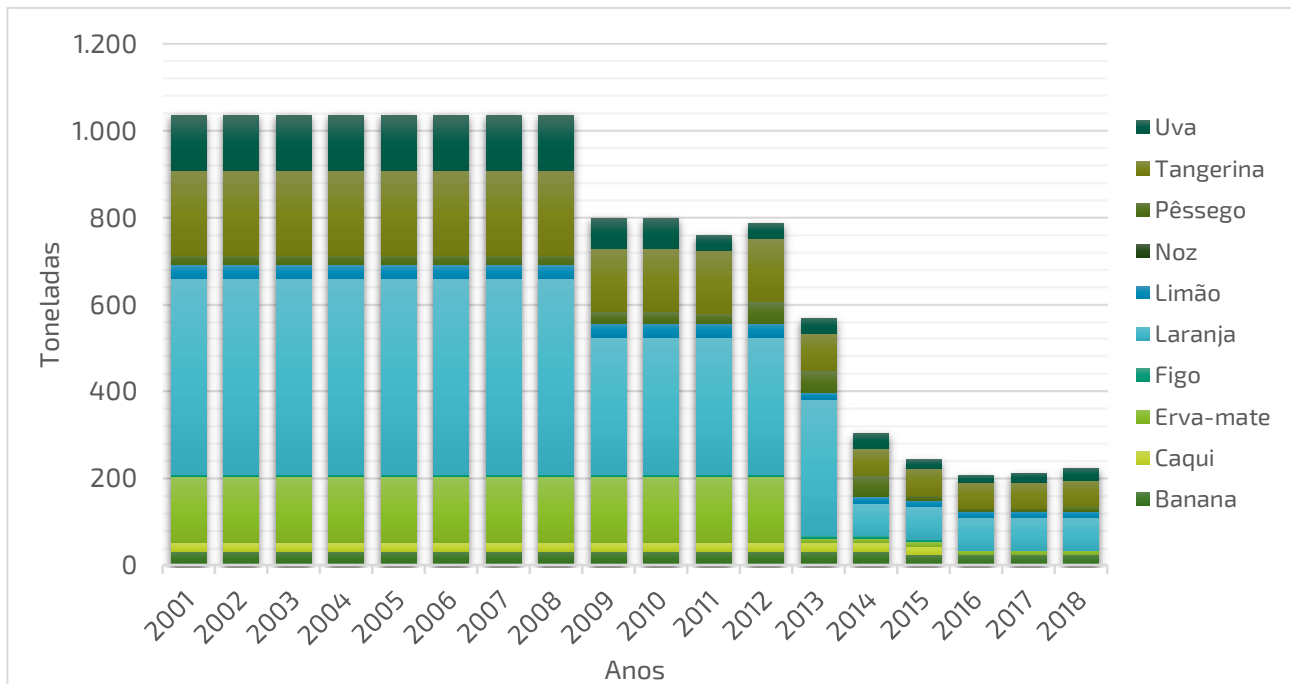
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

As produções de uva, laranja e erva-mate são as que mais impactam nas culturas permanentes, mas a área de praticamente todas elas foram reduzidas a partir do ano de 2009 e, em maior proporção, a partir de 2014.

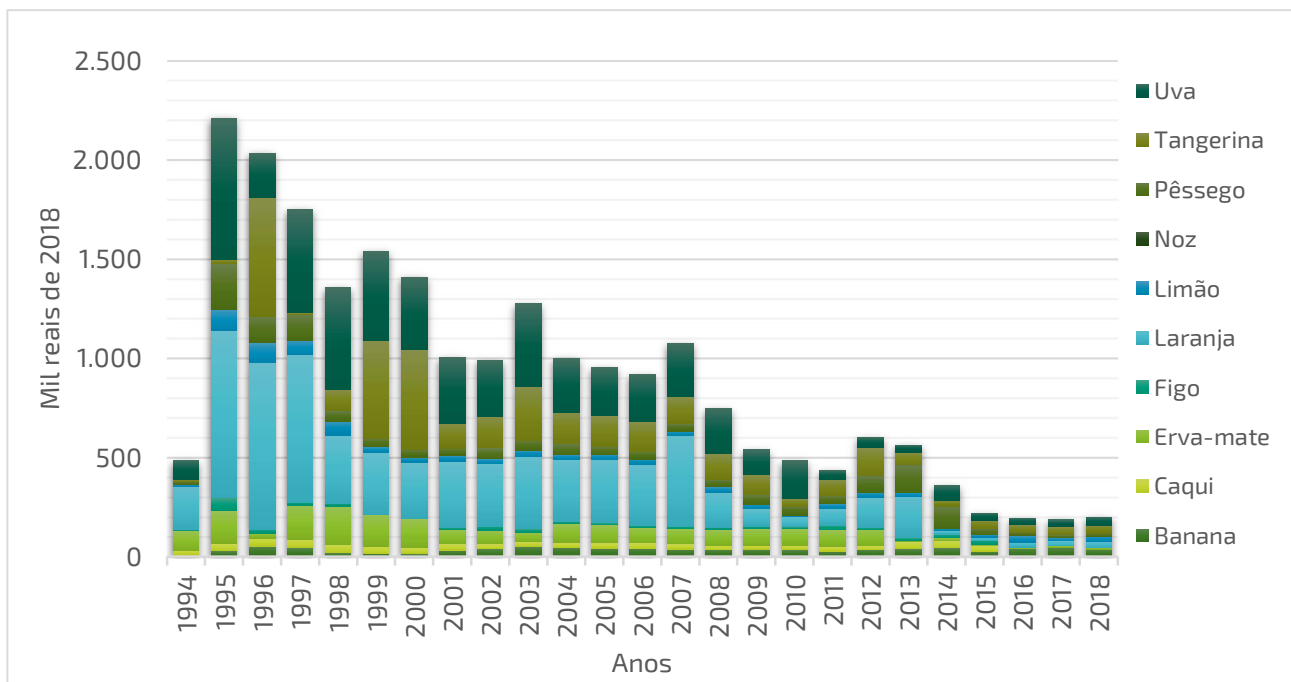
A área de uva passou de 24 para 5 hectares, a área da laranja passou de 21 para 5 hectares, enquanto a de erva-mate passou de 10 para 1 hectare, considerando os extremos (1990 e 2018).

A Figura 11 permite observar a quantidade produzida de cada cultura de lavoura permanente. A cultura da laranja passou de 475 toneladas em 2001 para 75 toneladas produzidas em 2018.

Entre as principais produções da lavoura permanente em 2018, destacaram-se: laranja (75 toneladas), tangerina (61 toneladas), uva (28 toneladas), banana (24 toneladas), limão (15 toneladas) erva-mate e pêssego, com 10 toneladas cada.

Figura 11. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente em: 2001 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

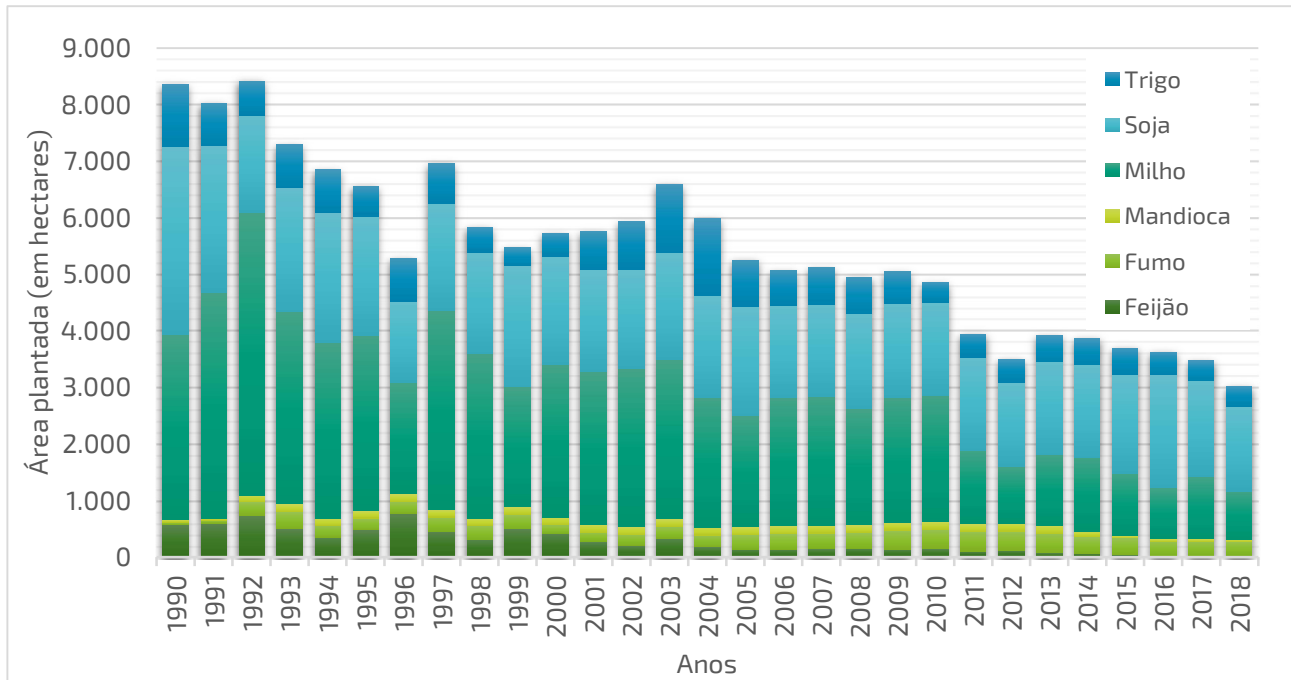
Figura 12. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Pode-se observar na Figura 12 o comportamento do valor da Produção da Lavoura Permanente, deflacionado pelo IGP-DI base de 2018. Nesta, destaca-se a redução do valor da produção, que passou de R\$ 2,2 milhão para R\$ 236 mil entre 1995 e 2017.

No ano de 1995 obteve-se o maior valor de produção do período (R\$ 2,4 milhões), enquanto o menor valor foi obtido no ano de 2017 (aproximadamente R\$ 223 mil).

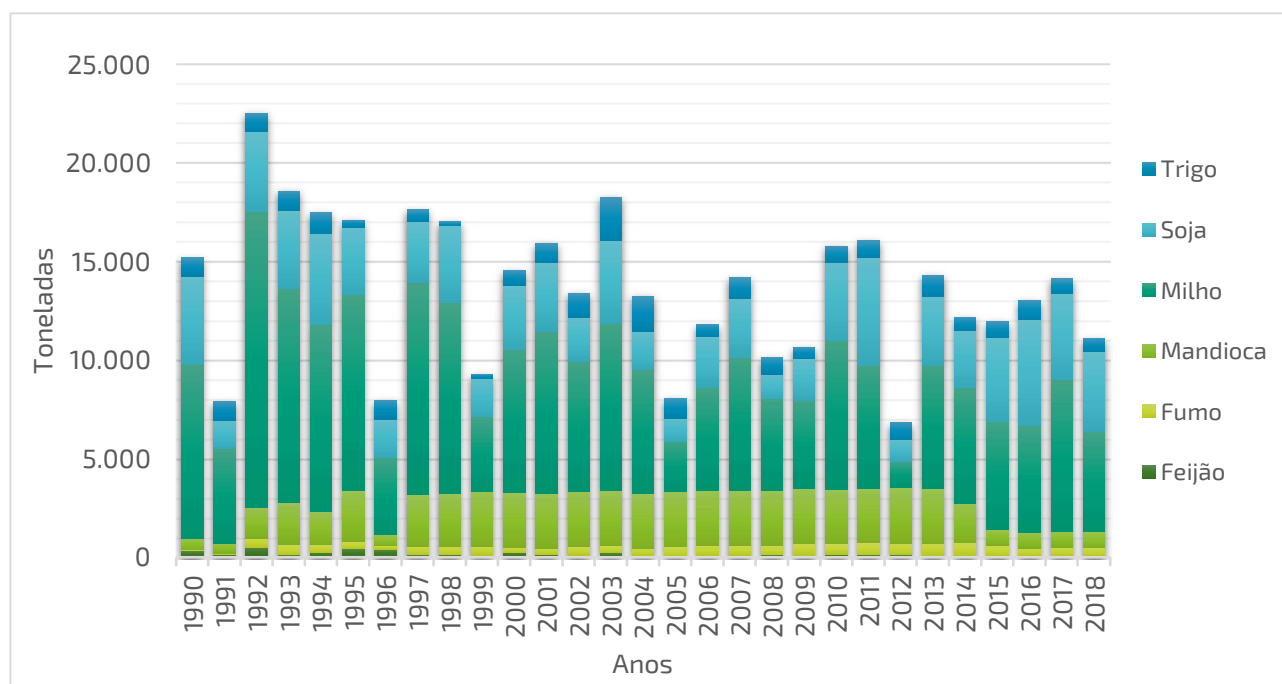
Figura 13. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1990 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em relação à lavoura temporária (Figura 13) é possível verificar que a área plantada reduziu 63,91% entre 1990 e 2018, passando de 8,3 mil hectares para 3,1 mil hectares. O milho, em 1990, contava com 3.270 hectares, caindo para 850 hectares em 2018 o que representou um decréscimo de área plantada de 74%. A redução nas áreas de milho chegou a 54,89% entre os anos 1990 e 2018 (de 3.325 hectares para 1.500 hectares).

Na Figura 14 apresenta-se a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. É possível observar que o volume de produção total passou de 15,17 mil toneladas em 1990 a 11,10 mil toneladas em 2018, o que representa uma queda de 26,85% na quantidade produzida quando se comparam os dois extremos.

Figura 14. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1990- 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A redução na produção de milho foi de 8,82 mil toneladas em 1990 para 5,10 mil toneladas em 2018, fato que refletiu também no encolhimento da participação relativa deste cereal em relação ao total produzido anualmente, de 58,17% para 45,94%.

A produção de soja evoluiu de 4,48 mil toneladas em 1990 para 4,05 mil toneladas em 2018). Apesar da redução em termos absolutos, houve aumento na participação relativa (de 29,57% para 36,48% do total produzido pelas lavouras temporárias).

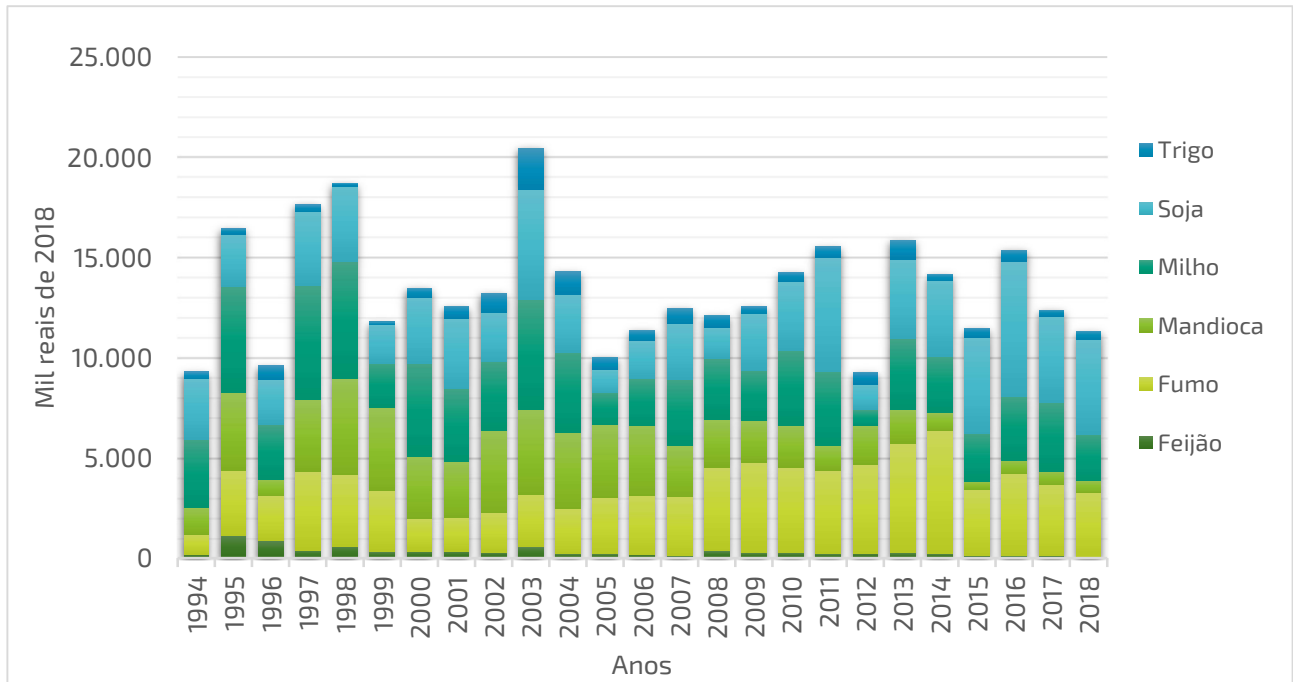
Em termos reais⁴, é possível observar a partir da Figura 15 que o valor da produção da lavoura temporária alcançou cerca de R\$ 20,45 milhões em 2003, maior valor de 1994 a 2018. O bom desempenho em 2003 se deve, principalmente, às culturas do milho, soja e trigo, que elevaram o seu valor de produção de 2002 para 2003.

O valor total da produção da lavoura temporária no ano de 2018 fechou em R\$ 11,31 milhões. No mesmo ano a soja fechou em R\$ 4,75 milhões e o milho em R\$ 2,29 milhões.

⁴ Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

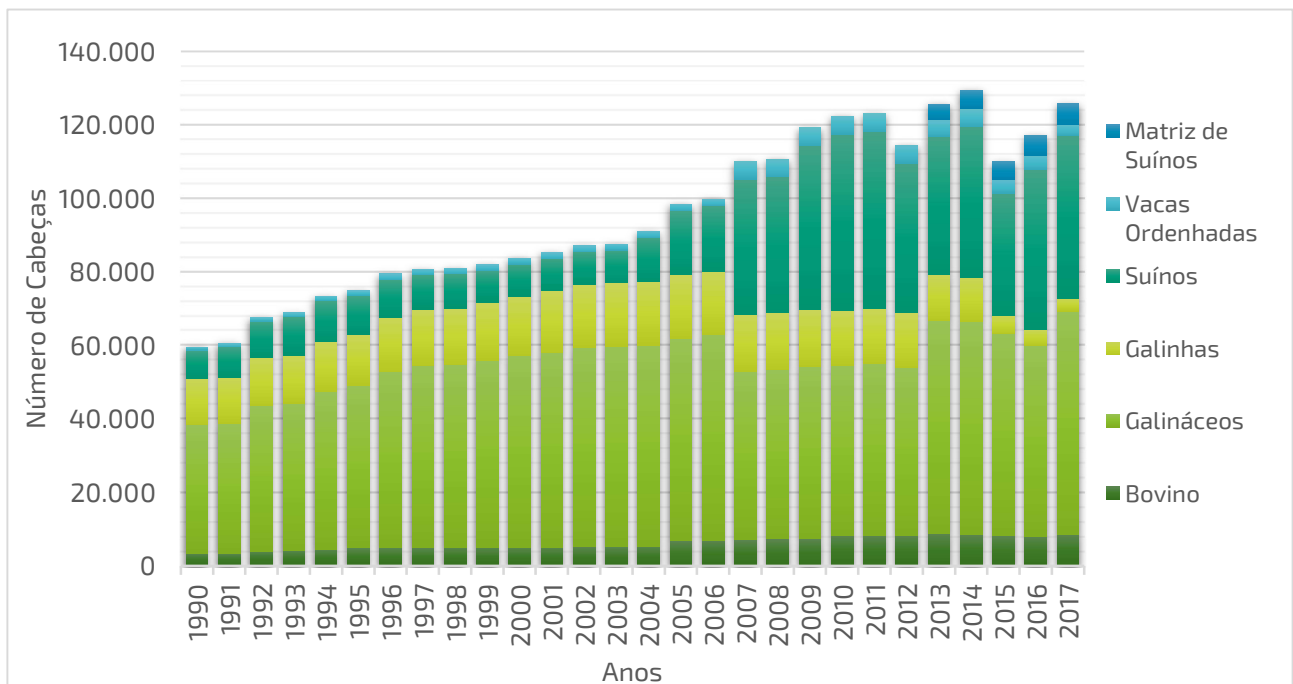
Além desses, o fumo foi importante no valor obtido em 2018, pois representou 28,25% do total, cerca R\$ 3,19 milhões.

Figura 15. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 16. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1990 - 2017



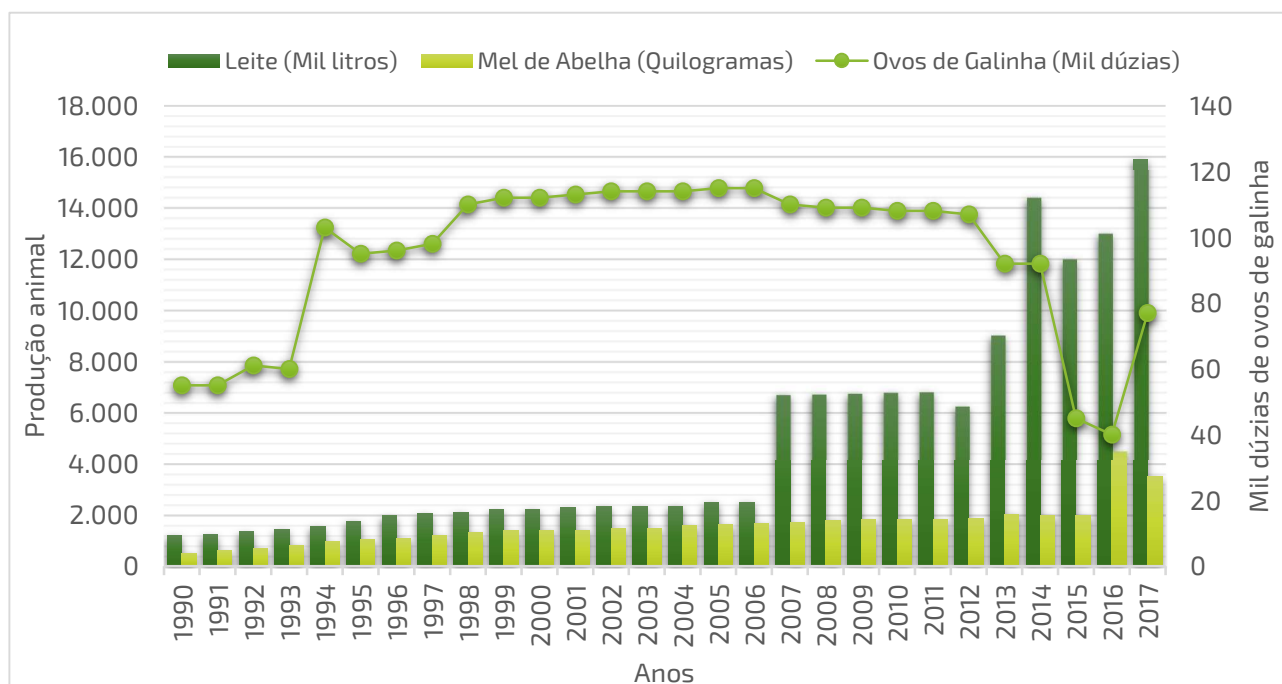
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, observa-se na Figura 16 um crescimento significativo de 1990 a 2017.

O rebanho total passou de 5,9 mil cabeças para 12,5 mil cabeças. O rebanho de galináceos⁵ aumentou de 3,5 para 6 mil cabeças, impactando no aumento do rebanho total.

Entre 2007 a 2017, o rebanho total se manteve acima de 10 mil cabeças, em que os galináceos se mantiveram acima de 4,5 mil cabeças.

Figura 17. Produção animal: 1990 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Na Figura 17 é possível observar que a produção de leite passou por um momento de baixa de 1990 a 2006, mas a partir de 2006 cresceu de 1,6 milhões de litros para 15,9 milhões de litros.

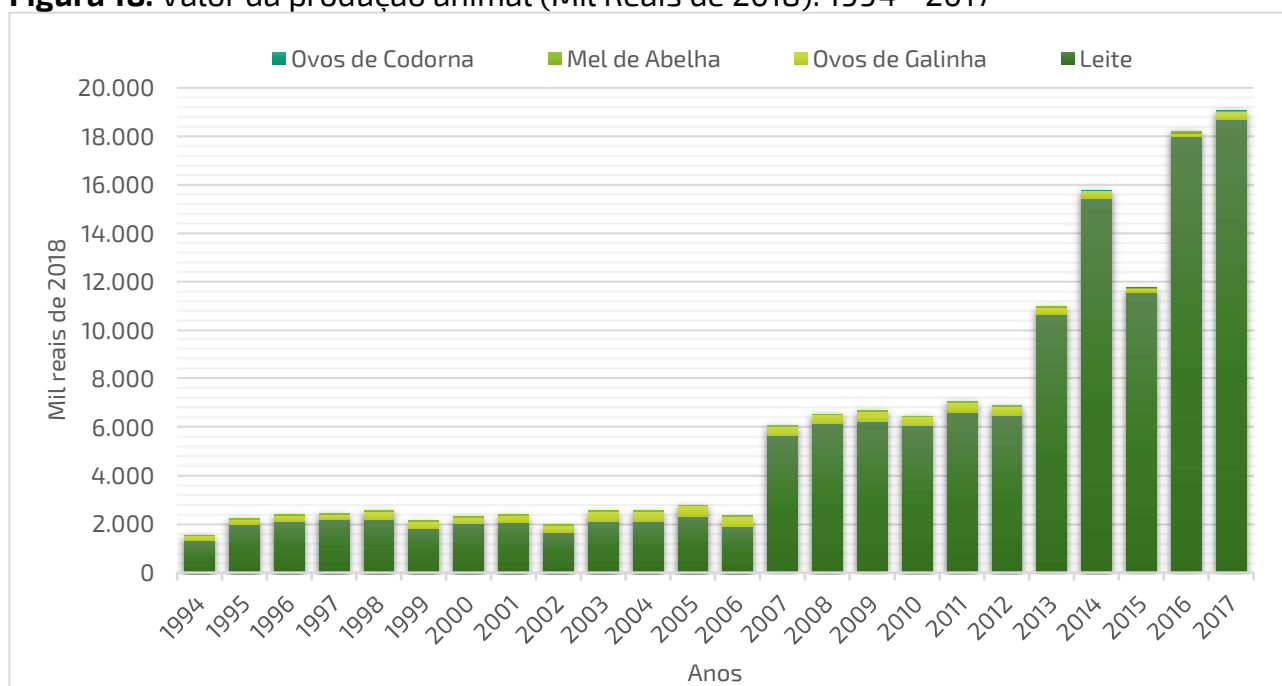
A produção de mel passou de 520 para 4.500 quilos entre 1990 e 2016, mas fechou em 2017 com 3.500 quilos.

⁵ Segundo o IBGE, a categoria "galináceos" engloba o total de aves da espécie *Gallus gallus* (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

Quanto à produção de ovos de galinha, o período de 1998 a 2012 foi considerado positivo pois, a produção situou-se em torno de 100 mil dúzias. Nos anos seguintes, percebeu-se redução até 2016, mas em 2017 o setor reagiu e foram produzidas 77 mil dúzias de ovos de galinha.

Observa-se que a produção de leite é a atividade de maior impacto no valor da produção animal (Figura 18).

Figura 18. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

No ano de 2017, a produção leiteira foi responsável por 97,93% do Valor Total da Produção Animal destes produtos selecionados. No mesmo ano, o valor referente à produção de ovos de galinha foi responsável por 1,7% do valor total, seguido da produção de mel (0,34%).

Apesar dos produtos agropecuários apresentarem algumas oscilações na quantidade produzida e no valor obtido pela venda dos mesmos, o valor da produção evoluiu de R\$ 2,3 milhões para R\$ 19,07 milhões entre 2006 e 2017, o que atesta a importância do setor agropecuário para o município.

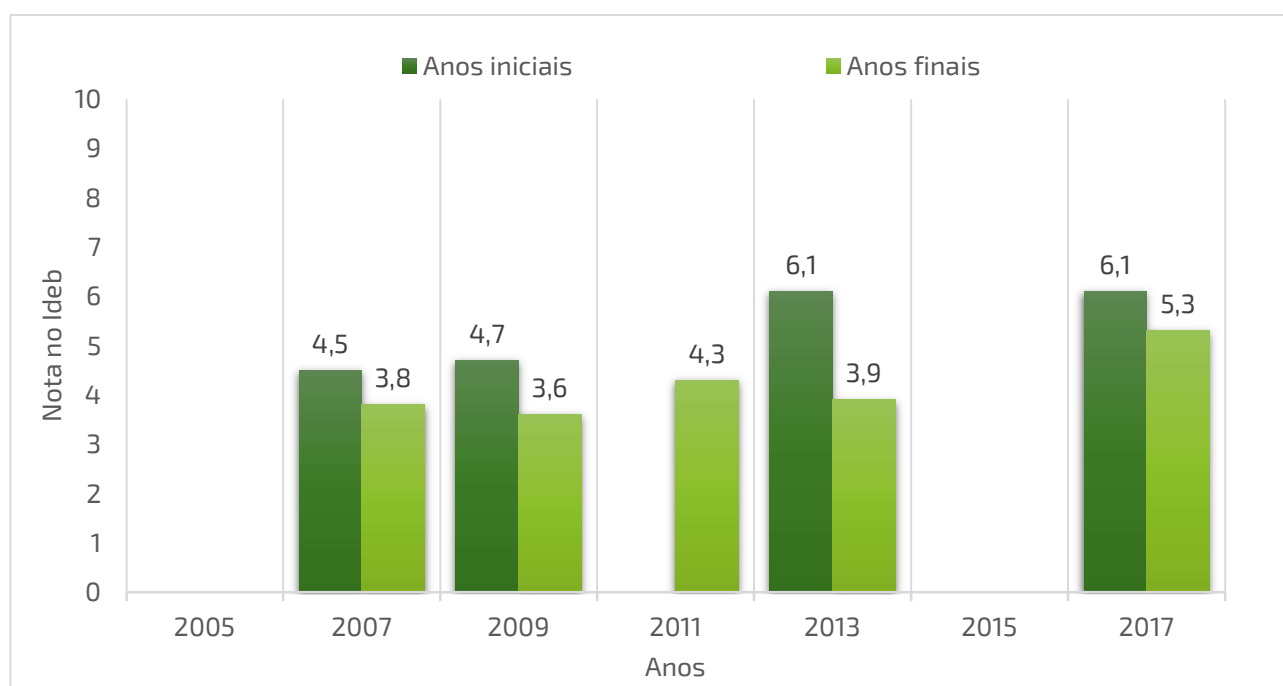
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas à educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 97,9%, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município que em 2018 foi de 273 matrículas no ensino fundamental e 53 no ensino médio.

Figura 19. IDEB das escolas do município de Vista Alegre/RS: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em 2018, cerca de 25 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 12 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 3 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

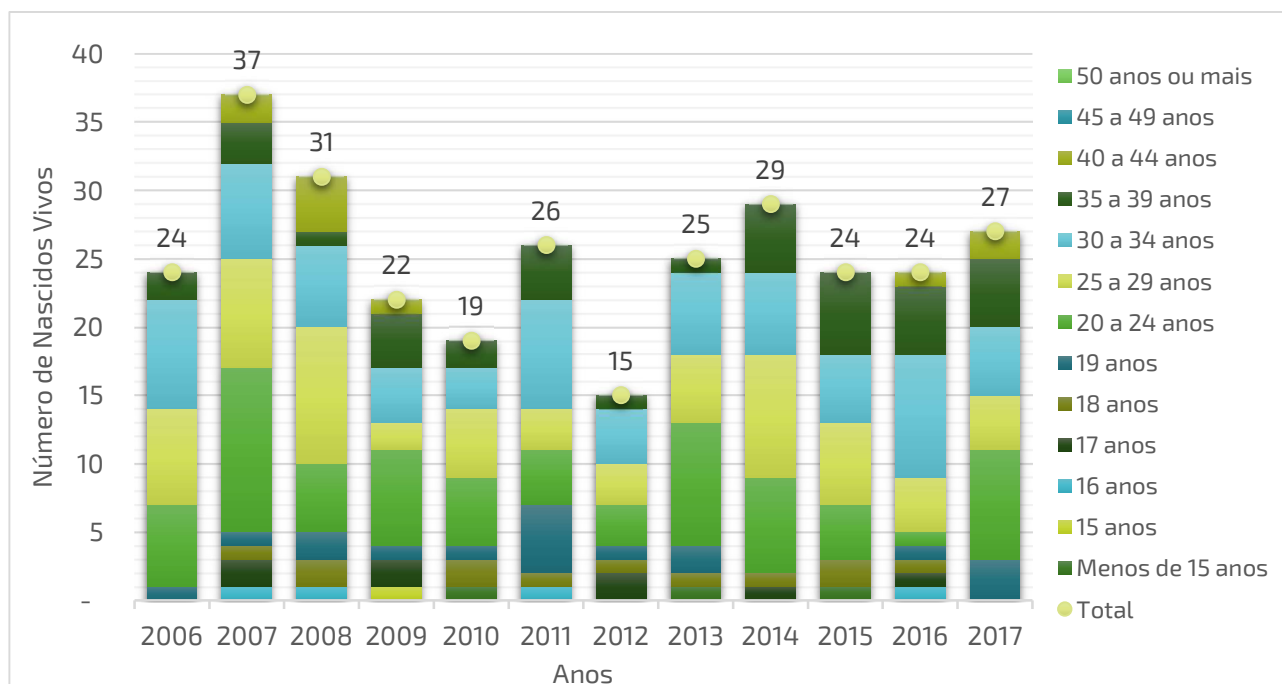
O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tem evoluído no município, conforme foi possível observar na Figura 19. Neste sentido, pode-se perceber que a educação dos anos iniciais evoluiu de 2007 até 2017, de 4,5 a 6,1 de nota, sendo que não

foram disponibilizadas as notas de 2005 e 2015. Em relação aos anos finais da educação, pode-se perceber que o desempenho dos alunos do município durante o período estudado manteve-se abaixo da nota 4 nos anos de 2007, 2009 e 2013, sendo que, em 2017 houve uma melhora no desempenho dos alunos, quando se obteve a nota de 5,3. Para esse índice também não foram disponibilizadas as notas referentes a 2005 e 2015.

2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município partiu de 24 nascidos vivos em 2006 para 27 em 2017. O ano de 2012 apresentou o menor número de nascidos vivos do período (15), enquanto 2007 apresentou o maior número (37).

Figura 20. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Vista Alegre/RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em 2017 não foram registrados partos em mães com menos de 18 anos, diferente dos anos anteriores em que eram registrados no mínimo dois partos por ano nesse grupo de mães. Por outro lado, em 2017 foram registrados dois partos de mães com mais de quarenta anos.

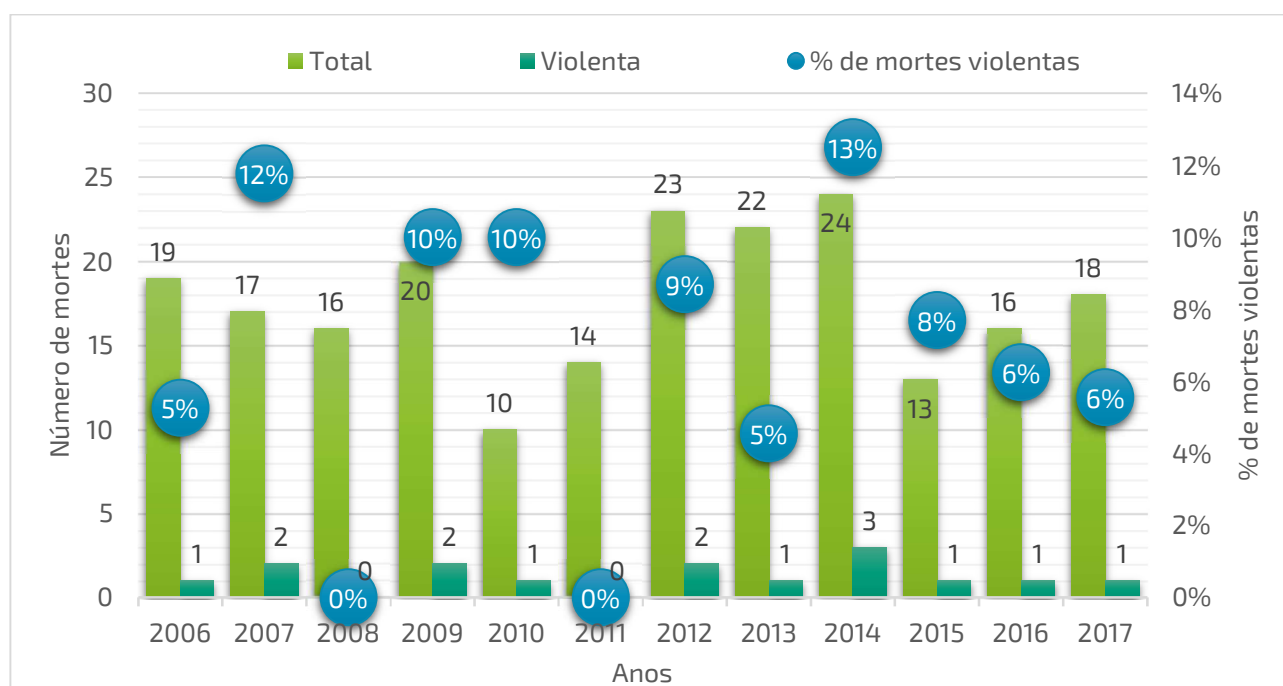
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o número de mortes violentas nos anos de 2006 e 2017 (pontos extremos) foi de 5% e 6% respectivamente. Os anos de 2008 e 2011 não apresentaram nenhuma morte violenta, enquanto o do ano de 2014 apresentou o maior percentual (13%), ano em que ocorreram 3 mortes violentas.

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2010 com 10 mortes, destas uma foi de forma violenta. Já o maior número de mortes ocorreu no ano de 2014 em um total de 24 mortes, sendo que três destas foram de forma violenta.

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 212 óbitos, dos quais 15 (7%) ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 21.

Figura 21. Óbitos, por natureza, em Vista Alegre/RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 7% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas à segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

“O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego e Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes” (FIRJAN, 2019).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

Emprego e Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

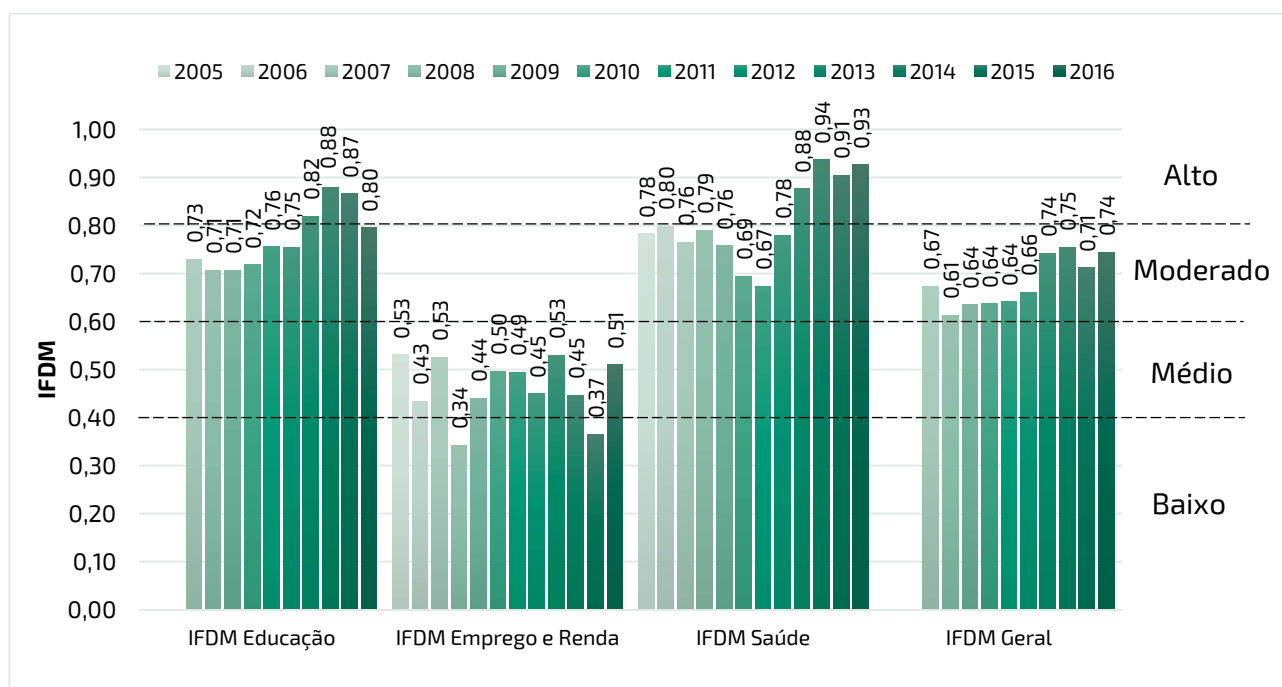
Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM. Neste sentido:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado;
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

Neste sentido, de acordo com Figura 22, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016. Por outro lado, a área relativa o emprego e renda obteve o menor índice no período estudado, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local.

Observa-se que, com exceção de emprego e renda que fechou com um índice menor em relação ao encontrado em 2005, o município melhorou os índices de 2005 a 2016. Porém, o desempenho não foi tão significativo. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado.

Figura 22. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: 2005 - 2016



Fonte: FIRJAN (2019).

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e ao rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Vista Alegre possui "20.1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 96.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 8.5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 391 de 497, 77 de 497 e 379 de 497, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3632 de 5570, 623 de 5570 e 2958 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui 7.745,40 mil hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 6.972,10 mil hectares. Destes, 9,27% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), e 14,66% como Reserva Legal, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil ambiental do Município: 2019

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	7.745,40	
Número de imóveis rurais	526	
Área total dos imóveis rurais	6.972,10	90,02
Área média:	13,25	
Área mínima/máxima:	0,55 / 63,47	
APP	646,64	9,27
APP - Recomposição	4,01	0,06
Reserva Legal	1.021,93	14,66
Vegetação Nativa	1.557,54	22,34
Servidão Administrativa	83,77	1,2
Área Consolidada	1.898,42	27,23
Banhados	0,24	0
Número de Nascentes	23,00	0
Uso Restrito	15,27	0,22
Hidrografia	108,04	1,55
Topo de Morro	1	0,01
Áreas: Não Declarada - Outras	773,30	9,98

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Conforme se observa na Tabela 5, os dados permitem observar que de 526 imóveis rurais, 62% mantêm APP, a Área Consolidada é mantida em 75% dos imóveis, e o município também conta com Reserva Legal em 79% dos imóveis rurais, com Nascente Olho d'água (4%) e com Vegetação Nativa (86%).

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA²	% IR com EA³	% IR sem EA⁴
APP	324	651	202	62	38
Área Consolidada	397	1.898	129	75	25
Banhado	1	0,24	525	0,19	100
Hidrografia	320	75	206	61	39
Nascente olho d'água	19	-	507	4	96
Reserva Legal	417	1.022	108	79	21
Servidão Administrativa	395	84	131	75	25
Uso Restrito	6	15	520	1	99
Vegetação Nativa	453	1.558	73	86	14
Área topo de morro	-	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR - VISTA ALEGRE					
Número Total de I.R.:	526	6.972,10			
Área Total do Município:		7.745,40			
% Área declarada/Área Município:		90,02			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O presente estudo se constitui como basilar para pensar em alternativas de desenvolvimento. Conhecer a realidade passa a ser importante para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**;
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção e produtividade** na região;
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado regional, nacional e global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento;
4. A **utilização e valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes;
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**;
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) cooperar mais; c) inovar mais; d)

empreender mais; e) sair da inércia e f) assumir que cada cidadão e cidadã tem o compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

Por fim, destaca-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios, para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais devem ter como norte a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais e nos demais princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações para constituir escala e alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já está em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA ALEGRE (RS). Prefeitura. **Histórico do Município de Vista Alegre, RS**. 2019. Disponível em: <https://www.pmvistaalegre.com.br/site/nossomunicipio>. Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.